



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150845 - PI (2021/0233790-9)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : VANDO LUCIO CHIEREGATTE DALPERIO (PRESO)
ADVOGADOS : WILDES PRÓSPERO DE SOUSA - PI006373
DELMAR UEDES MATOS DA FONSECA - PI010039
HAUZENY SANTANA FARIAS - PI018051
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORRÉU : FRANKLIN MARTINS VIEIRA
CORRÉU : ANASTACIO PEREIRA DAMASCENO LIMA
CORRÉU : JOSE WILSON ALVES PEREIRA DA SILVA
CORRÉU : RAINILDO NUNES SOARES
CORRÉU : AUGUSTO IVAN FERREIRA ABADE
CORRÉU : ERASMO CARLOS BARBOSA DE LIMA
CORRÉU : FRANCISCO FERREIRA DE SOUSA
CORRÉU : GENILTON ALVES BARRETO
CORRÉU : LUCAS XAVIER DE SOUSA
CORRÉU : JOSIAS ANTONIO MARIA DE SOUSA
CORRÉU : ERIVAN SOUZA GOMES
CORRÉU : MARIA DA GUIA NUNES SOARES
CORRÉU : IVONETE LOPES DOS SANTOS
CORRÉU : CAMILA MENDES DE SOUZA
CORRÉU : FRANCILENE SANTOS SALES COSTA
CORRÉU : STEFFANY BARRADA DE SOUSA
CORRÉU : SILVIO PEREIRA DA CRUZ
CORRÉU : WANDERLEY DA SILVA PIAUILINO
CORRÉU : ERONALDO LAVINA FERREIRA
CORRÉU : GEORGE CAVALCANTE MARQUES
CORRÉU : GABRIEL MARCOS DOS SANTOS SOUSA
CORRÉU : VALDEMAR BENICIO DOS SANTOS NETO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por VANDO LUCIO CHIEREGATTE DALPERIO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ (HC n. 0752324-16.2021.8.18.0000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente em razão de investigações que culminaram na Operação Chapadinha II, na qual se apura a prática do tráfico de drogas em larga escala na região sul do Estado do Piauí, notadamente nos Municípios de Cristino Castro, Redenção do Gurguéia e Bom Jesus.

Sustenta que o decreto construtivo careceria de fundamentação idônea.

Alega que a Corte de origem não poderia complementar a motivação da decisão que determinou a segregação antecipada para manter a medida extrema.

Aduz que o magistrado singular, ao determinar o encarceramento provisório

do acusado, não teria analisado a possibilidade de sua substituição por medidas cautelares diversas, violando o art. 282, § 6º, do Código Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a desconstituição da medida de exceção, a fim de que lhe seja concedida liberdade provisória, cumulada ou não com medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado constata-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão do recorrente, consoante se extrai da seguinte passagem (fls. 840-844):

De início, verifico que não assiste razão à defesa quanto à alegada ausência dos requisitos da prisão preventiva e de fundamentação da decisão, vez que o juiz de piso analisou devidamente os indícios de autoria e materialidade, com base nos documentos acostados aos autos, sobretudo as interceptações telefônicas as quais demonstraram que os investigados se associaram para a prática de delitos de tráfico de drogas na região da cidade de Bom Jesus/PI. Vejamos:

Vejamos a decisão do juiz de piso:

“à exceção de José Wilson Alves Pereira, que reside em redenção do Gurguéia, os outros representados residem fora dos termos desta Comarca, sendo nas Comarcas de Cristino Castro/PI, Barreiras/BA e Campinas/SP. Entretanto, a Autoridade Policial local delineou no seu pedido a relação que os mesmos possuem com os traficantes de Bom Jesus/PI, fornecendo drogas para abastecer a traficância bonjesuense e, ainda, armas de fogo, como revólveres e espingardas de grosso calibre, portanto, o deferimento dos pedidos por este juízo não há de ensejar qualquer nulidade”.

Compulsando os autos, nota-se que, pelas interceptações telefônicas, de fato, verificam-se os indícios de autoria referente ao paciente e a materialidade delitiva.

Vejamos, um trecho da interceptação destacado pelo Ministério Público quando do oferecimento da denúncia (ID 3566683, pág. 1/48), em que o paciente Vando Lúcio Chieregatte Dalperio, vulgo “Paulista” ou “Mineiro” é citado pelo casal de réus Franklin Martins Vieira ou Frank Bala”, como é conhecido, e Francilene Santos Sales Costa:

“Frank diz que o PAULISTA pensa que tá fácil, mas a coisa está feia, que a cidade está lotad (de droga), que ainda está com “aquela parada lá todinha”, que está com 15g da “bicha aqui”;

Francilene diz que mandou o número para Frank falar com o PAULISTA e com ela também; Frank diz que o Paulista encheu a cidade todinha; (...) Frank diz que a cidade está cheia de droga e está difícil de vender; (...). (Conversa entre Francilene e Frank, no dia 13.07.2019, às 10h34min – fl. 91).
(...)

Consta nos autos, ainda, o seguinte trecho das interceptações telefônicas (pedido de prisão preventiva de ID 3566678, pág. 422):

(Conversa entre Vando e Homem não identificado)

“Vando diz que a mercadoria chega no sábado, aí atrasou um pouco na viagem, na hora que chegar dar um salve; HNI diz que vai segurar uma branca aí; Vando diz que na hora que chegar aí avisa”

Como se vê, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado na necessidade de manutenção da ordem pública, tendo em vista a periculosidade social, reiteração criminosa e o modus operandi dos delitos praticados, todos em um curto espaço de tempo.

Vejamos mais um trecho do decreto de prisão preventiva:

“Os documentos colacionados pela Autoridade Policial, adquiridos por meio de vasta investigação, trazem indícios de autoria delitiva em desfavor dos investigados, de modo suficiente a possibilitar a decretação da custódia cautelar pretendida.

Da mesma forma, a materialidade do delito de tráfico ilícito de entorpecentes resta devidamente comprovada, conforme documentação de fls. 02/07-V.

No curso das interceptações restou demonstrado o envolvimento dos interlocutores com o tráfico de drogas nesta cidade de Bom Jesus/PI, além de outros Municípios, como Redenção do Gurguéia/PI e Cristino Castro/PI, de forma continuada e rotineira, constatando-se que se formou uma rede responsável pela comercialização de drogas e até de armas, além de se constatar também diversas ameaças.

Assim, fundamenta a prisão preventiva dos representados a preservação da ordem pública (art. 312, CPP), tendo em vista a demonstração de sua periculosidade social, reiteração

criminosa e o modus operandi dos delitos praticados, todos em um curto espaço de tempo. (fls. 54, id. 1142623)

Como dito, a decisão que decretou a prisão preventiva encontra-se devidamente fundamentada, pois a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de associação criminosa, como forma de garantir a ordem pública, é fundamento idôneo para a decretação da prisão preventiva.

[...]

Portanto, não há que se falar em ausência dos requisitos da prisão cautelar ou de fundamentação do decreto preventivo.

Por outro lado, ressalta-se, ainda que o decreto prisional data de 27/11/2019 e, como relatado pelo próprio impetrante, o paciente fora preso somente em 24/01/2021, o que demonstra que o mesmo se encontrava, de fato, em local incerto e não sabido.

Como é sabido, a fuga do distrito, por si só, é motivo idôneo para a decretação da prisão preventiva com o fito de se garantir a aplicação da lei penal.

[...]

Dessa forma, os requisitos da prisão preventiva estão presentes, motivo pelo qual não há que se falar em concessão da ordem de Habeas Corpus.

Frise-se, ainda que eventuais condições pessoais favoráveis do paciente, como primariedade, residência fixa e ocupação lícita, por si só, não têm o condão de evitar a segregação cautelar, quando persistirem os motivos ensejadores da prisão preventiva, como é o caso dos autos.

Destarte, malgrado a irresignação do impetrante com a custódia cautelar do paciente, não tendo comprovado a desnecessidade da mesma, ainda que a prisão cautelar seja uma medida extrema, certo é que em casos excepcionais, como o dos presentes autos, prevalece sobre a liberdade individual, não havendo que falar em sua substituição por quaisquer das demais medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, as quais seriam insuficientes ao presente caso.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência